CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

DIÁRIO DA MANHÃ (05/11)

Governo de Goiás prorroga medidas contra desabastecimento em Anápolis

Captações para irrigação nas bacias dos rios Caldas e Piancó estão suspensas desde o início de outubro. Estado ainda não tem previsão de chuvas consistentes em novembro

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), prorrogou, nesta segunda-feira (04/11), as medidas adotadas no início de outubro para minimizar a crise de desabastecimento de água no município de Anápolis. A Portaria 231/2019, publicada no Diário Oficial, dá vigência por mais 30 dias à de número 211/2019, que determinou que todas as captações para irrigação nas bacias dos rios Caldas e Piancó fossem ser suspensas, permanecendo apenas as com finalidade de abastecimento humano e dessedentação de animais. O texto também diz que os proprietários de barramentos devem liberar os volumes d'água de acordo com as orientações da Semad.

A secretaria também determina que usuários de águas subterrâneas, com poços artesianos, minipoços e cisternas poderão fazer sua captação até o limite de produtividade do aquífero por 30 dias, a partir desta segunda-feira. Quem optar pela utilização de águas subterrâneas deverá cessar ou reduzir ao máximo a utilização do consumo de água do sistema público de abastecimento.

Segundo a secretária Andréa Vulcanis, a medida foi necessária por conta da falta de previsão de chuvas consistentes nos próximos dias. "O déficit de chuvas que estamos registrando poderá agravar a situação de criticidade dos rios Piancó e Caldas nas próximas semanas, por isso prorrogamos as determinações do mês passado para que o abastecimento humano em Anápolis fosse priorizado", afirma.

O baixo volume nos rios que abastecem Anápolis deixaram diversos bairros sem água no início de outubro, prejudicando, inclusive, a captação do Distrito Agroindustrial de Anápolis (Daia), que foi autorizado a captar mais água subterrânea.

Governo de Goiás, Semad e Saneago vêm trabalhando de forma conjunta para garantir que não haja desabastecimento durante a crise hídrica pela qual passa o Estado, que registra menor índice de chuvas em comparação a outros anos. Com o período chuvoso instável, as equipes técnicas estão em alerta máximo para qualquer tipo de providência necessária para minimizar os problemas causados pela redução nos índices de vazão das bacias hidrográficas do Estado.



O Rio Piancó, em Anápolis: proprietários de barramentos devem liberar os volumes d'água de acordo com as orientações da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

DIÁRIO DA MANHÃ (05/11)



'Não faças como os pavões, que estão sempre preocupados com as penas.' - George Washington

Café da Manhã

ULISSES AESSE ulissesaesse6@gmail.com

Relatório de Caiado vira lei e beneficia diabéticos





Uma vitória do governador **Ronaldo Caiado** (foto) favorece e muito os portadores de diabetes em todo o **País**. Relatório seu, apresentado ainda quando era senador, sugeria o estabelecimento de uma assistência integral ao paciente com diabetes pelo **SUS**, por meio da implantação da **Política Nacional de Prevenção do Diabetes** e da **Assistência Integral à Pessoa Diabética**. O relatório foi aprovado, sancionado e agora virou lei. Caiado é um dos poucos políticos a atuar de forma sistêmica em defesa dos portadores de diabetes, tanto que teve seu relatório aprovado e agora sancionado pelo presidente da **República**. O governador comemorou a vitória no **Twitter**. Segundo ele, agora serão necessárias e obrigatórias campanhas de conscientização sobre a necessidade de se medir diariamente os índices glicêmicos e controlá-los. Segundo Caiado, os estudos são claros em apontar o impacto que o diabetes tem no número de óbitos no **Brasil** por várias complicações. 'Sabemos o alto custo que existe para tratar de forma paliativa efeitos do diabetes, como cegueira, insuficiência renal, infarto, AVC e amputações de membros. Estabelecer uma política pública de integração e prevenção à doença é avançar na qualidade de vida e na maior eficiência dos gastos do SUS', disse ele. Ponto, portanto, para o governador.

O HOJE (05/11)

Projeto da Saneago volta à pauta

Líder do governo, Bruno Peixoto (MDB) garante percentual de recursos para investimentos em Saneamento

Samuel Straioto



Governador destacou, na última semana, que controle acionário da empresa será mantido pelo Estado de Goiás

Deve ser votado nesta terça-feira (5), na Assembleia Legislativa, projeto de lei que autoriza a venda de até 49% das ações da Saneago. O tema é polêmico. O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), declarou na última sexta-feira que a venda de ações não se trata de privatização da empresa, mas sim uma abertura de capitais que será revertida em investimentos na área de saneamento.

A deputada estadual Lêda Borges (PSDB) sugeriu a suspensão da matéria. Ela reclamou que falta a especificação dos tipos de ações (primárias e secundárias) e a destinação dos recursos de cada uma delas.

"Houve um consenso da base para que parte do recurso fosse direcionado em investimentos em saneamento básico, mas na emenda apresentada pela base colocaram apenas as ações primárias, elas já são para retornar em investimentos à Saneago. As ações secundárias ficaram de fora, não há especificação. O Estado está vendendo a Saneago, sem aplicar em saneamento", argumentou a deputada.

O líder do governo, deputado Bruno Peixoto afirmou que há a garantia de no mínimo 30% com a venda das ações, em investimentos em Saneamento.

"Nós garantimos que no mínimo 30% sejam investidos em saneamento. E o governo poderá agir da maneira que entender necessário para melhoria de vida do povo goiano. Foi uma proposta dialogada com o governo que manterá o controle da empresa e não trará nenhum prejuízo ao servidor". Quando se fala de primária é investido na empresa, em água e esgoto. De maneira nenhuma há a necessidade de especificação nas secundárias, a Comissão de Valores Imobiliários não determina a obrigatoriedade", destacou o parlamentar.

O projeto tem chamado atenção da base do governo, de deputados de oposição e de funcionários da empresa que tem acompanhado os últimos dias de sessão. A matéria será a primeira a passar por apreciação na pauta do dia. O texto será analisado em primeira votação pelos deputados estaduais. Não cabe mais a apresentação de emendas.

O governador Ronaldo Caiado (Democratas) descartou, na última semana, a possibilidade de privatizar a empresa. Ele lembrou compromisso de campanha ao se dirigir a diretores e funcionários da companhia. "As pessoas conhecem Ronaldo Caiado e sabem que quando falo é aquilo que realmente vai acontecer. A Saneago não será privatizada", garantiu em evento de entrega de veículos ao Programa de Segurança de Trabalho da Companhia.

O governador assegurou que o controle acionário da empresa será mantido pelo Estado, mesmo com a possibilidade de venda de ações. "A Saneago continuará tendo o comando, com a preservação de 51% de suas ações. Buscamos dar musculatura à Companhia para poder não ceder espaço a outras empresas privadas, que querem apenas [atuar] nas grandes cidades, deixando de lado mais de 100 municípios em Goiás que não têm atendimento de água de qualidade", ressaltou.

Durante discurso, o presidente da Saneago, Ricardo Soavinski, pontuou que o Programa de Segurança de Trabalho já é desenvolvido na empresa ao longo de 2019, após a realização de levantamento que identificou carência nessa área.

"O que a Saneago está fazendo aqui é uma obrigação de ter um excelente trabalho na segurança [dos funcionários]", e completou: "as consequências de não se investir na segurança do trabalhador trazem muito mais perdas, pois além dos aspectos objetivos, temos um aspecto de suma importância: a responsabilidade social, o bem-estar e um ponto que fundamental, que é a vida do trabalhador". **(Especial para O Hoje)**

O HOJE (05/11)

Oportunidade para regularizar débitos com o Estado de Goiás

Cristiane Alkmin J. Schmidt

Criada pelo Conselho Nacional de Justiça em 2006, a Semana de Conciliação é realizada anualmente em nível federal deste então. Com o sucesso dos acordos, nasceu o interesse dos Estados e das Prefeituras em participar.Foi o caso de Goiás.

Neste ano, a Secretaria da Economia promove o programa durante esta semana, até a sexta-feira, 8/11. Na ocasião, as multas dos impostos IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) e ITCD (imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direito) sofrerão drástica redução.

O contribuinte obterá descontos de 70% a 97%, em caso de parcelamento da multa, ou de 98%,se o pagamento for à vista.O único requisito é que o imposto tenha sido atrasadoaté dezembro de 2018. Uma preciosa oportunidade, portanto, para o cidadão regularizar a sua situação com o fisco goiano. Conquanto o desconto não incida sobre o valor do imposto, juros e correção monetária, este abate a multa, que pode alcançar o dobro do valor do imposto.

Como a preocupação do governo Caiado é trabalhar para facilitar a vida do cidadão, queremos enfatizar o uso digital, para que o contribuinte não perca seu precioso tempo em filas. Pela internet, no caso do IPVA e ITCD, o contribuinte poderá verificar o valor de sua dívida, do desconto, da parcela, fazer a sua escolha desconto/parcela e emitir o documento de pagamento (DARE), lhe restando apenas ir ao banco.

Ainda que se possa ir fisicamente a três locais na Capital (Detranna Cidade Jardim,VaptVupts dos Shoppings Passeio das Águas e Cidade Jardim)enasDelegacias Regionais (Rio Verde, Jataí, Itumbiara, Catalão, Morrinhos, Formosa, Luziânia, Goiás, Anápolis, Goianésia e Porangatu),nossa recomendaçãoé utilizar a internet (www.economia.go.gov.br) para maior agilidade e rapidez.

Queremos enfatizar o uso digital, para que o contribuinte não perca seu precioso tempo em filas

O contribuinte, no mesmo processo, também poderá regularizar a sua situação junto aoDETRAN, concernente ao licenciamento atrasado. Lembrando, que o veículo somente estará devidamente regularizado, se todos os débitos relativos a IPVA, licenciamento e multas estiverem quitados.

Esta Semana de Conciliação, portanto, é uma excelente chance para o contribuinte ficar adimplente com o fisco e com o DETRANe retirar o seu nome da negativação, de maneira prática e ágil.

Não perca essa oportunidade.Não vale a pena seguir negativado. Muitas adversidades ao seu dia-a-dia podem ocorrer por estar inscrito na dívida ativa estadual. Estamos à sua espera.



Cristiane Alkmin J. Schmidt é secretária de Estado da Economia

OPÇÃO (05/11)

Discurso contraditório

Oposição alega que Saneago não passa pela mesma crise que Celg passava

04/11/2019 19:06 ··· Por Eduardo Pinheiro ···

Líder do governo cobrou coerência desses deputados, que agora discursam contra o projeto de abertura de mercado, mas foram favoráveis à privatização da empresa de energia



Talles Barreto, deputado estadual pelo PSDB | Foto: Fábio Costa / Jornal Opção

A oposição vê a abertura de 49% das ações da Saneago como um projeto de privatização "branca". O discurso usado para criticar o texto do governo, que deve entrar em plenário na Assembleia Legislativa de Goiás na terça-feira, 5, é que a empresa de saneamento é superavitária e não há motivo plausível para a venda. No entanto, a mesma oposição defende o processo de privatização da Celg, que foi finalizado em 2017.

Relacionados



Líder do governo destaca que venda de ações da Saneago garante controle de 51% pelo Estado



Presidente da Saneago diz que venda de ações já era prevista desde a criação da empresa

Para o deputado Talles Barreto (PSDB) a venda de uma empresa pública que, na sua visão, dá lucros não é sustentável. Ele avalia que a receita da Saneago é reinvestida no próprio Estado gerando benefícios para toda a população. O parlamentar afirma que, em 2019, o Estado lucrou R$ 115,762 milhões com os serviços prestados pela empresa.

Ele alega ainda que o dinheiro arrecadado com a venda das ações não será usado de forma a trazer bons frutos para Goiás, já que estariam garantidos 30% para investimentos em saneamento básico. Isso, porque a venda será das ações primárias, responsáveis pelo saneamento básico, não das ações secundárias (ações do governo) conforme estaria na emenda de Rubens Marques.

Venda da Celg

O parlamentar, por outro lado, rebate o líder do governo na Assembleia, Bruno Peixoto (MDB), que durante sessão na Assembleia da semana passada, lembrou que a oposição votou a favor da venda da Celg no passado e cobrou coerência dos deputados. "Nós temos que ter coerência, nós somos uma nação", disse Bruno na ocasião.

Talles afirma que, diferente da Saneago, a Celg dava prejuízos, sobretudo após a venda da usina de Cachoeira Dourada. "Não podemos comparar uma empresa que dá lucros com uma deficitária, como a Celg. Se vender esses ativos, a Sanego vai virar uma nova Celg. Não tenho dúvidas disso".

Discurso afinado com o de Gustavo Sebba (PSDB). O parlamentar natural de Catalão diz que a Celg, com a venda de Cachoeira Dourada, deixou de ser uma produtora de energia e passou ser intermediária, sendo obrigada a comprar energia. O que acabou gerando prejuízos. Além disso ele salienta que no momento da venda, a empresa de energia já estava sob controle do Governo Federal.

"Enquanto a Celg estava dando prejuízos e se afundando ano a ano, a Saneago é superavitária", diz. "Sou contra a abertura de capital. Mesmo que sejam 49% o governo vai dar uma abertura muito grande para a iniciativa privada, em uma empresa que dá lucros e, se bem gerida, pode aumentar sua receita", arremata.

Outro lado

O governo, por outro lado, tem reforçado que não se trata de uma privatização, como foi com a Celg, afinal o Estado continua tendo controle sobre a maior parte, isto é, 51% da estatal. E que se trata apenas de uma forma de aumentar a arrecadação do Estado, por meio da abertura de mercado.

Além disso, de acordo com o presidente da Saneago, Ricaro Soavinski, a venda das ações irá fortalecer a companhia, que hoje atende 226 dos 246 municípios goianos e oferece serviço de esgoto e coleta em apenas 60% do total, necessitando de muito investimento para ampliar a oferta do serviço.

"Não tem que se falar em privatização, o governador já falou que não vai privatizar a Saneago mesmo com a pressão do Governo Federal para as privatizações. Poucos municípios são viáveis economicamente, e é por isso que não defendemos a privatização da Saneago. Tem que ter uma visão social e ambiental, não pode ser apenas econômica. Hoje, a companhia vive com o dinheiro dela, com o que tem de receita, não depende do Governo. O que estamos propondo é fortalecer a companhia abrindo o capital", explicou.

OPÇÃO (05/11)

Prazo apertado

“Estamos pensando no longo prazo”, diz Schimidt ao comentar reforma da Previdência no Estado

04/11/2019 08:35 ··· Por Felipe Cardoso ···

No entanto, secretária interpreta que envio do texto à Assembleia contendo pontos que já haviam sido barrados anteriormente pelos deputados reduz “drasticamente” as chances de aprovação da matéria até dezembro



Foto: Felipe Cardoso/Jornal Opção

Em entrevista ao jornal paulista Estadão, a secretária de Economia de Goiás, Cristiane Schimidt, ponderou as dificuldades de uma rápida aprovação da PEC da reforma da Previdência enviada pelo Governo do Estado de Goiás à Assembleia Legislativa. A matéria está em tramitação no Legislativo estadual que dará início as discussões sobre a matéria esta semana.

A proposta prevê a ampliação das regras aprovadas na esfera federal à servidores do Estado e municípios. Segundo Schimidt, o envio do texto contendo pontos que já haviam sido barrados anteriormente pelos deputados reduz “drasticamente” a chances de aprovação da matéria até dezembro.

Na visão da economista, diversos estados brasileiros enfrentam dificuldades fiscais. Para ela, todos deveriam apresentar propostas de reforma. “Todo governador que fizer uma reforma da Previdência no seu Estado está preocupado com os seus cidadãos, não com o seu governo, até porque a economia até 2022 é baixa. Estamos pensando no longo prazo”, disse.

REDAÇÃO (04/11)

4 A 8 DE NOVEMBRO

Rede Atende Fácil negocia dívidas com desconto de até 80% em Goiânia

Ação integra semana nacional da conciliação | 04.11.19 - 09:00

Tweetar Share 2



A Redação

Goiânia - As quatro unidades da Atende Fácil, da Prefeitura de Goiânia, realizam negociações de débitos durante a XIV Semana Nacional da Conciliação, que acontece em todo o país a partir desta segunda-feira (4/11). Alternativa ao Paço Municipal, Park Lozandes, onde está instalada a estrutura oficial da ação, a rede de atendimento da prefeitura realiza parcelamento de dívidas de até R$ 1 milhão e emitem guias para pagamento à vista. É possível regularizar débitos vencidos até 31 de outubro de 2019.

Unidades localizadas no Shopping Cidade Jardim, Antiga Estação Ferroviária e Galeria Dona Beti realizam parcelamento de débitos que não estão em cobrança judicial e emitem guia para pagamento à vista.

Na Atende Fácil Cidade Jardim, voltada à região Sudoeste da Capital, o atendimento ocorre das 08 às 20 horas, respeitada a capacidade de atendimento da unidade que é de, em média, 800 pessoas por dia. Na Estação Ferroviária, que abrange a Região Central, é possível conciliar das 7 às 19 horas. Na Mangalô, situada na Galeria do Dona Beti, Região Noroeste da cidade, também.

Outras opções são a unidade do Paço Municipal, na Região Sul, das 7 às 19 horas, mas nela somente para pagamentos à vista; e o posto de atendimento do Conselho Regional de Contabilidade (CRC-GO), no Setor Sul, das 08 às 18 horas, voltado ao atendimentos dos contabilistas.

O único serviço não oferecido nas unidades Atende Fácil é a assistência judiciária gratuita, que pode isentar o contribuinte do pagamento de taxas cartorárias decorrentes do protesto da dívida e consequente inscrição em serviços de proteção ao crédito, como SPC e Serasa, ou ainda das custas processuais incidentes em débitos que já estão em cobrança judicial. Disponível apenas no Paço Municipal, a assistência judiciária gratuita é submetida à análise de juízes que podem deferir ou não o pedido após apreciar a capacidade financeira do contribuinte. Se não houver interesse nesse benefício, todas as dívidas abaixo de R$ 1 milhão podem ser negociadas nas Atende Fácil, mesmo que estejam protestadas e/ou em cobrança judicial.

Descontos
Na XIV Semana Nacional da Conciliação, a Prefeitura de Goiânia oferece até 80% de desconto em juros e multa moratória. As reduções nas penalidades resultantes da situação de inadimplência variam entre 60% e 40% para os débitos que venceram entre 1º de janeiro de 2017 e 31 de outubro de 2019. Para dívidas vencidas até o dia 31 de dezembro de 2016 os abatimentos oscilam entre 80% e 40%. Débitos que, no entanto, foram negociados em outras ações desse tipo terão benefícios menores, entre 40% e 10%.

“Nós identificamos muitos casos de contribuintes que todos os anos parcelam a mesma dívida. Por isso, este ano o reparcelamento terá menos desconto. A prefeitura não vai transformar esses programas de refinanciamento em uma forma de sustentar o inadimplente contumaz”, explica o secretário de Finanças, Alessandro Melo.

Tanto para quem fará a primeira negociação quanto para quem optará pelo reparcelamento, os maiores benefícios são para pagamento à vista, em cota única. Nesse caso, é possível efetivar a conciliação via internet, por meio do site oficial da Prefeitura de Goiânia, o www.goiania.go.gov.br, sem necessidade de deslocamento. Outra opção é parcelar a dívida em até 40 vezes, desde que o valor mensal a ser pago não seja inferior a R$ 100, piso definido pelo Regulamento do Código Tributário Municipal (RCTM). Para parcelamento, no entanto, é necessário comparecer ao Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges (Paço Municipal), no Park Lozandes, ou às unidades Atende Fácil.

É possível negociar dívidas referentes aos impostos Predial e Territorial Urbano (IPTU/ITU), Sobre Serviços (ISS) e Sobre Transmissão de Imóveis (ISTI), além de multas por infração à legislação ou descumprimento de obrigações acessórias. Todos os acordos realizados durante a Semana Nacional da Conciliação têm vencimento agendado para o dia 13 de novembro. Se as guias de pagamento não forem pagas até a data, o acordo é cancelado, o débito é reinscrito em Dívida Ativa e são retomadas as cobranças administrativas e/ou judiciais. A anulação do acordo também ocorre nos casos de atraso no pagamento de três parcelas, consecutivas ou não.